

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR – 4ª edição (2014-2015)
SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL (PV4)

Rejane Vieira Guimarães

**APONTAMENTOS PARA A REELABORAÇÃO DO PLANO POLÍTICO
PEDAGÓGICO BUSCANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: COMO
MOBILIZAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA VIDA DA ESCOLA?**

PORTO ALEGRE

2015

Rejane Vieira Guimarães

**APONTAMENTOS PARA A REELABORAÇÃO DO PLANO POLÍTICO
PEDAGÓGICO BUSCANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: COMO
MOBILIZAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA VIDA DA ESCOLA?**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização de Gestão Escolar, na
modalidade à distância da Faculdade de
Educação da Universidade federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Isabel Leticia Pedroso de
Medeiros

Porto Alegre

2015

Sumário

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	5
REFERENCIAL TEÓRICO	8
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	19
AÇÕES QUE FORAM REALIZADAS	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	31

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresenta a reflexão teoricamente embasada sobre a possibilidade de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, com ênfase na gestão democrática escolar, buscando intensificar a participação dos segmentos da comunidade escolar na vida da escola.

Os autores utilizados no estudo foram: DALBÉRIO (2007), FERREIRA (2011), FRANCO (2005), FREIRE (1983), GANDIN (2001), HORA (2007), LUCK (2011 e 2013), LUCE e MEDEIROS (2003), MARQUES e BECKER (2010), MOURAZ (2011), PARO (1992), SANTOS (2002), TRISTÃO e SILVA (2002), VEIGA (2002).

Nesta pesquisa destaco a participação de crianças, adolescentes e pais na vida escolar e as possibilidades de ação se houver a chance de exercitar este aspecto da cidadania no espaço escolar e se isto está previsto no Plano Político Pedagógico (PPP).

Embora sendo um direito, poucos são os alunos e pais que consideram a participação na escola um aspecto relevante ou até mesmo possível, que deve ser incentivado pelo corpo docente e pela equipe de direção da escola com o objetivo de comprometer a comunidade escolar a promover ações, desde as áreas pedagógica, didática e administrativa para juntos combater a evasão e a repetência e buscar uma melhor qualidade de ensino, pois “a desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança, quando começam a se ver com seus próprios olhos e começam a se projetar”. (FREIRE,1983 p.54). Tudo isso é resultado da luta de pessoas que pensam em educação Pensando juntos, planejando e construindo o PPP, podem colocar neste documento, os desejos da comunidade quanto à escola que querem e assim estabelecer como será a participação no dia a dia da instituição. Palavras chave: escola; gestão democrática; participação; Plano Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresenta o estudo de referenciais teóricos que subsidiam a reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, numa escola da rede pública estadual do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, a proposta do Curso de Especialização em Gestão Escolar em sua quarta edição por meio da Sala-Ambiente Projeto Vivencial (PV4), foi de elaborar um projeto de intervenção a ser desenvolvido na escola em que atuo relacionado ao PPP. Considerando a realidade da escola e em discussão com a comunidade escolar e equipe de direção, defini como tema o aprofundamento e qualificação da gestão democrática, mobilizando todos os segmentos na participação da gestão da escola. Esta escola pertence à rede estadual de ensino fundamental localizada no bairro Partenon em Porto Alegre, que atende do Jardim B ao 9º ano, contando com sala de recursos, atendendo cerca de 200 alunos e mais 30 pessoas entre funcionários e professores.

A comunidade escolar - segmento pais e alunos são moradores das vilas São Judas Tadeu, Cachorro Sentado, Vila dos Papeleiros e do bairro Partenon. Há algumas casas de comércio no entorno da escola como venda de automóveis, casas de vendas de embalagens e distribuidor de doces e produtos alimentícios. Entre os recursos que a escola pode contar, citam o atendimento preventivo e/ou curativo realizado por estagiários do curso de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o repasse de verbas do Estado para manutenção e custeio, recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do

Programa Mais Educação¹ que proporciona ao aluno da escola oficinas de esporte, fotografia, música e letramento. Quando necessário conta também com o Conselho Tutelar da 4ª microrregião.

Ao analisar o PPP atual desta escola, constata-se que houve algumas mudanças (fechamento de classe especial)², inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas) e que devem constar neste. A equipe diretiva já está debatendo com a comunidade escolar, avaliando o trabalho docente através de questionários com pais, alunos, funcionários e professores levantando as necessidades e possibilidades apontadas na tabulação de dados, bem como a realidade sócio-econômico-cultural da comunidade escolar. Com isso quer dar continuidade neste processo participativo, que vai orientar ações pedagógicas, didáticas e administrativas, buscando uma maior qualidade de ensino, diminuição da repetência e evasão, com a ajuda do comprometimento da comunidade.

Este trabalho começou como um projeto de intervenção da Sala-Ambiente Projeto Vivencial quatro, mas no desenrolar do projeto de intervenção ocorreu a queda de uma árvore centenária no pátio da escola e deixou a escola cerca de dois meses sem luz, água e telefone e assim meu projeto foi interrompido. Pela falta de condições estruturais foi impossível o desenvolvimento do que foi planejado no Projeto de Intervenção. Assim combinei com a orientadora um estudo teórico sobre a temática

¹ Programa Mais Educação: O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macro campos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

² Definição Classe Especial: é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/ etapas iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º anos).

da reelaboração do PPP com o enfoque na participação da comunidade na vida escolar.

Neste estudo utilizei os seguintes autores: DALBÉRIO (2007), FERREIRA (2011), FRANCO (2005), FREIRE (1983), GANDIN (2001), HORA (2007), LUCK (2011 e 2013), LUCE e MEDEIROS (2003), MARQUES e BECKER (2010), MOURAZ (2011), PARO (1992), SANTOS (2002), TRISTÃO e SILVA (2002), VEIGA (2002).

Do estudo realizado destaco: a Gestão Democrática, na participação da comunidade e como ela se manifesta dentro do espaço escolar, a construção do PPP e neste documento como está prevista a participação da comunidade e quais benefícios os envolvidos neste processo podem receber em troca de um pouco de dedicação de seu tempo para a escola e, contribuindo na melhoria tanto como espaço físico também como local de convivência.

Este trabalho está estruturado nas seguintes seções: referencial teórico, fundamentos metodológicos, ações que foram realizadas e considerações finais apresentadas a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma escola de maneira que a transparência, a participação e a democracia sejam os pilares que vão permear as ações para a realização das políticas educacionais no dia a dia da escola.

A palavra Gestão, conforme o dicionário, pode ser definida como ação ou resultado de gerir (AULETE, 2004, p.402); assim, gerir significa coordenar recursos, atividades e medidas de modo que se atinjam (com eficiência) os objetivos aos quais se propõe.

Gestão democrática escolar é a ação de gerir a escola com a verdadeira participação da comunidade escolar, (pais, professores, estudantes e funcionários) de modo a organizar, construir e avaliar os projetos pedagógicos, a aplicação dos recursos da escola e outras situações. Deve ter como fim último a qualidade social da educação, comprometida com os anseios da população:

A gestão democrática deve ser produtora de uma nova qualidade social na educação, que atenda às aspirações dos agentes envolvidos e contribua no desenvolvimento da sociedade mais ampla, no sentido de estabelecer relações mais justas e igualitárias.” (LUCE; MEDEIROS, 2003, p. 3).

Neste referencial teórico são apresentados os fundamentos e conceitos que embasaram este TCC: gestão democrática, direito à educação e participação da comunidade na escola, Plano Político Pedagógico.

A gestão democrática está intimamente ligada à participação, por ser o resultado de uma ação conjunta. Já não é mais uma escolha do grupo gestor da escola

se a comunidade pode ou não participar, está previsto em lei. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Desdobrando este princípio constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nos garante que os sistemas de ensino definirão as normas da Gestão Democrática do Ensino Público com a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração do PPP e a participação nos conselhos escolares.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações a respeito da gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

A democracia escolar só faz sentido se fizer parte de uma sociedade democrática, na qual a participação de todos é o ponto de partida para a tomada de decisões que farão a diferença para alcançar as mudanças desejadas para a escola.

“Os artigos da LDB citados, dizem que a “gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local” (VIEIRA, 2005).

Em nível estadual, há muitas décadas, já existem práticas de gestão democrática que foram asseguradas em lei.

LEI Nº 10.576, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1995. (Atualizada até a Lei n.º 13.990, de 15 de maio de 2012) Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. TÍTULO I DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos: I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica; II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar; III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados; IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; V - garantia da descentralização do processo educacional; VI - valorização dos profissionais da educação; VII - eficiência no uso dos recursos. Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica de cada setor. Art. 3º - Todo estabelecimento de ensino está sujeito à supervisão do Governador e do Secretário de Estado da Educação, na forma prevista para as entidades da Administração Indireta.

Encontramos também na resolução CNE/CEB número 4/2010, que traz as Diretrizes Curriculares para a Educação Nacional, o seguinte ordenamento:

CAPÍTULO III GESTÃO DEMOCRÁTICA E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA Art. 54. **É pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho expresso no projeto político-pedagógico e em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas.** § 1º As instituições, respeitadas as normas legais e as do seu sistema de ensino, têm incumbências complexas e abrangentes, que exigem outra concepção de organização do trabalho pedagógico, como distribuição da carga horária, remuneração, estratégias claramente definidas para a ação didático-pedagógica coletiva que inclua a pesquisa, a criação de novas abordagens e práticas metodológicas, incluindo a produção de recursos didáticos adequados às condições da escola e da comunidade em que esteja ela inserida. § 2º **É obrigatória a gestão democrática no ensino público e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino, o que implica decisões coletivas que pressupõem a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação.** § 3º No exercício da **gestão democrática**, a escola deve se empenhar para constituir-se em espaço das diferenças e da pluralidade, inscrita na diversidade do processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, cuja meta é a de se fundamentar em princípio educativo emancipador, expresso na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Art. 55. **A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola** mediante: I - a compreensão da globalidade da pessoa, enquanto ser que aprende, que sonha e ousa, em busca de uma convivência social libertadora fundamentada na ética cidadã; II - a superação dos processos e

procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância: os planos pedagógicos, os objetivos institucionais e educacionais, e as atividades de avaliação contínua; III - a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjuntas; IV - a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais; V - a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas; VI - a presença articuladora e mobilizadora do gestor no cotidiano da escola e nos espaços com os quais a escola interage, em busca da qualidade social das aprendizagens que lhe caiba desenvolver, com transparência e responsabilidade.

No artigo segundo do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, encontramos também a afirmação da gestão democrática.

Art. 2º **São diretrizes do PNE:** I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania; **VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;** VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos/as profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A participação no ambiente escolar deve ser repensada pois os processos de decisão, organização, autonomia e identidade escolar passa pelos papéis que os diferentes sujeitos sociais tem neste processo bem como no modo como estas decisões serão tomadas.

“Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais” (LUCK, 2006, vol. III, p.21)

A participação é um processo a ser construído, fundamentado no diálogo entre pessoas com diferentes habilidades e histórias de vida, para construir um plano de ação coletivo e coeso. Este plano de ação é o Plano Político Pedagógico (PPP). O PPP é o documento que norteia a vida da escola, segundo o qual a escola se propõe a cumprir a sua função educativa. É uma concretização da liberdade de ensinar e aprender e da própria democracia participativa através do qual a escola encontra

expressa sua autonomia. Graças ao PPP a escola se constitui como uma organização com identidade e capacidade de auto organização.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 2002, p.1)

A participação é um desafio, principalmente a participação da comunidade como engajamento, em que ela está presente, opina, sugere, se expressa livremente, analisa, discute com o grupo e decide sobre situações e/ou temas que surjam e precisam ser resolvidos. Mas, para que isso aconteça, é preciso criar meios e condições favoráveis, garantir infraestrutura adequada, pessoal qualificado e apoio estudantil, ou seja, entender que a participação plena se dá quando superamos a alienação e a inércia, e começamos a agir com empenho e responsabilidade.

Associado a essa descrença na participação da população e a uma concepção de participação que inclui apenas sua dimensão "executiva" está a ausência quase total de qualquer previsão de rotinas ou eventos que ensejem a participação da comunidade na escola. Como a própria instituição escolar não possui mecanismos institucionais que, por si, conduzam efetivamente a um processo de participação coletiva em seu interior, a inexistência dessa previsão por parte da direção ou dos educadores escolares fecha mais uma porta que poderia levar a uma implementação, na escola, de um trabalho cooperativo". (PARO, 1992, p.270)

A questão da participação da comunidade escolar na execução de alguma providência que a escola necessita que seja resolvida, encontra oposição com a outra parte desta mesma comunidade que se opõem à participação da população na gestão da escola pública. Negam que a participação dos pais e alunos na gestão do pedagógico, encontra impedimento no baixo nível de escolaridade e na ignorância dos pais a respeito das questões pedagógicas, às precárias condições de vida das camadas populares, especialmente a falta de tempo e o cansaço após um extenso e árduo dia de trabalho. Apesar disso, a escola exige que estes mesmos pais participem em casa, auxiliando nos estudos a seus filhos, o que nos parece razoável. Assim, de certo modo, eles estão tomando contato com o que seus filhos estão aprendendo e de alguma forma participando do pedagógico da escola. Todo o pai ou mãe sabe que

uma sala superlotada, a falta de merenda, a falta de um professor faz com que o processo de aprendizagem fique prejudicado. Os pais e mães sabem seu limite, do que podem opinar e do que a escola tem de dar conta. Este argumento, de que os pais e alunos carecem de preparo e conhecimento escolar, não deve desencorajar a comunidade de participar da gestão. O que acontece é que a escola não se planeja para organizar eventos que promovam e encorajem a participação coletiva no ambiente escolar, e a direção acaba perdendo a chance de ter na escola mais uma oportunidade de cooperação.

Entendo que a democratização almejada nas relações no interior da escola não deve ser encarada como uma visão messiânica e fatalista. É uma grande falácia acreditar que, estando a escola democratizada, a sociedade irá se democratizar, ou que um dia surgirá o "Grande Messias" que irá democratizar a sociedade e, assim, a escola democrática surgirá no seu rastro. Neste sentido, é fácil entender que a consolidação de uma gestão democrática no interior da escola não é um processo espontâneo e fácil. A dinâmica das relações de poder poderá entrar o avanço do processo, sendo necessário que o permanente esforço humano seja coletivo e encaminhado em função de decisões de grupos e não de indivíduos". (HORA, 2007, p.20)

A participação da comunidade escolar na escola, principalmente quando se trata de pais e alunos, em geral acontece apenas se o aluno atua em conselhos escolares, grêmios estudantis ou líderes de turma. Os pais e alunos precisam se inteirar, isto é, ficar bem informados da atuação da gestão da escola e formar opinião própria para que possa partilhar com a outra parte da comunidade escolar - professores e funcionários.

Deste modo a escola como espaço formador e socializador de pessoas torna-se um local propício para estudo e promoção da participação, promovendo o diálogo sobre suas necessidades e desejos de outras perspectivas como lazer, experimentar situações de pertencimento a um grupo ou lugar, aumento da autoestima e o reconhecimento da sua importância dentro da escola. Dar motivos à comunidade para apreciar o ambiente escolar, fazendo que a escola com participação seja um local de promoção de direitos.

O engajamento representa o nível mais pleno de participação. Sua prática envolve estar presente, o oferecer ideias e opiniões, expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas. Em suma, participação como engajamento implica envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidade por agir com empenho, competência e dedicação Visando promover os resultados propostos e

desejados. Portanto é muito mais que adesão, é empreendedorismo comprometido. (LUCK, 2006, vol. III, p.47)

A Gestão Democrática quer nos levar a ter uma escola construída a partir de uma ação conjunta da comunidade escolar que deve estar comprometida com a proposta da escola e nos dar uma educação com grande valor social, enfrentando os desafios diários com persistência e clareza, desenvolvendo o gosto pela aprendizagem e pelo conhecimento, e formar cidadãos honestos, responsáveis, conhecedores de seus direitos com o poder de exigir o cumprimento de todos esses direitos.

As eleições escolares, tanto para os cargos de diretor como para constituir os conselhos escolares, são as vias de participação e de aprendizado político da gestão democrática. Nisto se inclui a construção da cidadania, da vontade política, que não se limita à prática educativa, mas quer a transformação das relações sociais, onde todos possam ter acesso à educação gratuita e de qualidade.

A Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) nos apresenta a Educação como uma prática social, estimula educandos e docentes a praticar os princípios de liberdade e de solidariedade, o preparo do aluno para ser um cidadão e ter qualificação para o mercado de trabalho. Mas o aluno também tem a liberdade para aprender, pesquisar, divulgar a cultura, seu modo de pensar e de expressar-se artisticamente, o que gostaria de aprender na escola e ter espaços adequados para isto.

A Escola também deveria valorizar as experiências dos estudantes adquiridas fora da escola (como o trabalho) criando vínculos entre escola e sociedade.

Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, 09/01/2001). Na CF no Cap. III que se intitula “Da Educação, da Cultura e do desporto” o Art. 206, VI afirma: gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII – “garantia de padrão de qualidade”. A LDB/96, no Art. 3º. Item VIII reafirma tal ideia, utilizando os termos: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art. 12, item VI). (DALBERIO ,2007, p.3)

Embora o direito à participação seja garantido por lei, os alunos ainda não são considerados seres capazes de exercê-la pela equipe funcional da escola, considerando estes despreparados e inadaptados para a participação na vida da

escola pública, talvez pela inovação da experiência, resistência ou dificuldade, o que indica que ainda há muito o que se fazer. A participação do educando em sua educação, segundo GADOTTI “está relacionada com a participação dele no planejamento e na organização da escola e do sistema de ensino” (2014, p.2). E a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2011) em seu documento final, página 59, nos diz que:

[...] a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática, como princípio da educação nacional, sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação.

Luck também nos apresenta uma importante reflexão sobre o tema:

O participante cativo da organização, como são de certa forma considerados os alunos e os professores efetivos em escolas públicas, aceita as determinações superiores e as cumprem – vale dizer: são consideradas como peças passivas na determinação do destino da educação.

O protecionismo e o paternalismo a esses participantes são considerados como circunstância natural e válida, atuando como contrapartida oferecida a eles por sua cooptação e aceitação às condições estabelecidas. O participante da instituição, ao nela ingressar, aceita tacitamente os modelos, normas e regras estabelecidos, passando a agir de acordo com ele, sem qualquer questionamento ou desejo de interferência nas disposições estabelecidas”. (LUCK, 2013, vol.I, p. 60)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), a criança e o adolescente tem, pelo menos, três direitos:

1. Direito à provisão: saúde, educação, segurança social, vida familiar, recreação e cultura.
2. Direto à proteção.
3. Direito à participação: direito ao nome, identidade, ser consultada e ouvida, acesso à informação, liberdade de expressão, opinião e a tomar decisões em seu proveito.

Nesse mesmo sentido, dispõe o artigo 53 da lei nº 8.069/ de 13 de julho de 1990 (Estatuto da criança e do adolescente – ECA)

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Para incentivar a participação do aluno, torna-se necessário promover uma atitude mais participativa, como por exemplo, criação de espaços, de locais, de atividades, de programas, palestras que promovam um maior envolvimento dos jovens na tomada de decisões da vida da escola, enfim com ações que provoquem movimentos de participação ativa. A LDB não estabelece normas ou instruções bem definidas de participação de todos os envolvidos, apenas o lógico, que é todos devem participar. Acredito que ouvindo, registrando, procurando divulgar o resultado dessas escutas e registros talvez nos mostre o caminho para procurar soluções e promover a formação pessoal e cívica dos alunos na escola.

Pensar a participação não é apenas convidar os alunos para eventos, organizar torneios ou apenas participar dos conselhos de classe. Quero que o aluno além de ir à escola, que ele possa ir à escola em turnos inversos ao que ele estuda, se assim desejar ou necessitar, participe também dos órgãos colegiados e dos programas desenvolvidos na escola por ONGs e proporcionados pelo Governo Federal, como o Programa Mais Educação². É importante pensar em como o aluno participa, no que ele participa, a importância das decisões tomadas nas situações em que ele é chamado a opinar. Podemos pensar em participação dos alunos também em todos os momentos do planejamento da escola.

A participação na escola tem sido pensada apenas considerando-se a participação em conselhos escolares ou grêmios estudantis. O importante é pensar esta participação sob o ponto de vista de se formar adolescentes conscientes de seu potencial participativo, com o poder de solucionar problemas e ele como sujeito e parte de uma solução. A escola como espaço formador e socializador de pessoas sendo um local propício para estudo e promoção da participação. Espera-se com isso a promoção do diálogo sobre suas necessidades e desejo de outras coisas (até lazer, por exemplo), vivências de situações de pertencimento, elevação da auto estima e o reconhecimento da sua importância dentro da escola, enfim sentindo-se motivados. Isso pode fazer com que o jovem se responsabilize pela gestão da escola, fazendo com que a escola com participação dos alunos seja um local de promoção de direitos. (FERREIRA, 2011).

Mas, sem dúvida, só se aprende participar, participando, experimentando entre erros e acertos. Então, é preciso criar e dar espaços para a participação da comunidade na escola, para se aprender a exercitar a democracia. “A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. Isto é, as diversas forças e operações que constituem a dinâmica da participação devem ser compreendidas e dominadas pelas pessoas”. (BORDENAVE, 1994, p. 47).

Não é suficiente apenas estar presente e somente ouvir ou apenas consentir, os pais e alunos da escola pública precisam aprender a questionar e a interferir, vindo tornar-se um ser que reivindica, planeja, capaz de decidir, cobrar e acompanhar ações que resultem em benefício da comunidade escolar. O trabalho coletivo é capaz de mudar a cultura de uma comunidade escolar, mas demanda discussões conjuntas e a busca de tomadas de decisões e solução de problemas, de forma participativa.

Uma tomada de consciência das ações envolve o uso de escolhas. Se a escola engessa a atividade e coloca o aluno em situação de mera reprodução, as escolhas não serão necessárias. Diante da falta de desafios a adaptação para superação de obstáculos é mínima, bastando o uso de regulação automática. (SILVA, 2010, p.65)

Neste processo, a participação dos professores é muito importante pois serão eles que promoverão a discussão coletiva propiciando o repensar sobre a prática, refletindo sobre sua prática pedagógica e a formação do cidadão. O esforço conjunto destes especialistas: professores supervisor, orientador e diretor, que com seus conhecimentos, cada um na sua especialidade, são os que poderão despertar as mudanças que a escola precisa. É preciso pensar em alternativas para que essas mudanças aconteçam.

A docência atual deve poder contar com professores que contextualizam o que ensinam por força de sua atividade investigadora; que sejam capazes de refletir sobre as múltiplas formas pelas quais os alunos assimilam os conhecimentos que ensinam. É precisamente neste contexto epistemológico que faz sentido a proposta do professor reflexivo. Aquele professor que não apenas ensina, mas reflete sobre os resultados de suas ações didático-pedagógicas sobre como os alunos recebem seu ensino; os retornos que fornecem, as elaborações eventualmente originais, que apresentam nas avaliações; os motivos e explicações que ele encontra para a não aprendizagem; as dificuldades intelectuais de toda a ordem que os alunos apresentam; as explicações que constrói sobre a excelência de alguns alunos; os obstáculos não cognitivos, mas afetivos, de alguns outros.(BECKER, 2010, p.18)

Este novo modelo de gestão, com a participação de todos que fazem a escola, compartilhando responsabilidades – equipe escolar, pais e alunos – abrindo espaço para a iniciativa e a participação, cobrando da equipe de diretores da escola que

resolva os problemas que surgem dentro do espaço escolar, isto pode fazer com que, pelo esforço conjunto haja a superação dos problemas e melhorias do ambiente, aprendizagem e conhecimento, com ações que provoquem movimentos de participação ativa. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (Freire, 2003, p. 92). A gestão escolar não é neutra, envolve ações que nos mostra quais interesses, princípios e compromissos que levam a determinadas escolhas que a escola decide trilhar. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se concretize a gestão democrática no ambiente escolar, pois ainda deparamos com gestores que ainda não estão comprometidos com este princípio e não contam com a comunidade para participar nas decisões relativas à escola, na construção do PPP e para compor seus conselhos de escola.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

A orientação do curso para o Projeto de Intervenção foi à pesquisa ação, pois, ao mesmo tempo em que ocorresse a pesquisa para analisar a realidade da escola e da comunidade, pretendia-se intervir com ações para melhorar a participação da comunidade na gestão escolar.

[...] pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”, e eu acrescentaria que as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.). Isso posto, embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática. (FRANCO, 2005, p.447).

Não só a escola pode transformar a sociedade, mas a soma de todas as lutas, as pedagógicas, as políticas as contra a nossa dura realidade social na luta por melhores condições de vida. Mas na escola é onde surgem as lideranças políticas, onde os conteúdos escolares são compreendidos para que haja como repensar os modelos de moral e ética que vivemos no momento. TRIPP (2005, P.443) defende que “se encare a pesquisa-ação como uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, a qual é por ele sucintamente definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”. Neste sentido é que a pesquisa-ação se torna mais viável de ser trabalhada no ambiente escolar pois a interferência que pode ser feita durante a pesquisa já permite mostrar resultados nas ações desenvolvidas, permitindo que se faça os ajustes necessários para que a compreensão e a colaboração leve a refletir sobre as ideias e mudanças almejadas.

A pesquisa ação é colaborativa, é contínua, analisa a situação constantemente e é participativa.

Nesses casos, permanece a ideia de transformação da realidade, no entanto de forma pontual em algum aspecto da realidade julgado relevante. O foco desloca-se para o produto da mudança e não mais para o processo. Não há como negar que, por certo, os docentes envolvidos poderiam se beneficiar ao analisar os resultados de forma coletiva ou mesmo ao participarem das mudanças planejadas. Contudo, perde-se a perspectiva de um processo de pesquisa desencadear nos práticos novas formas de perceber e lidar com a situação, formas essas que passariam a ser objeto de pesquisa; perde-se também o imbricamento entre pesquisa e ação. (FRANCO, 2005 p.488)

Mas os planos precisaram mudar, já que houve a queda de uma árvore na escola durante as férias dos alunos que deixou a escola sem condições de funcionamento e o reinício do no letivo foi adiado. Quando retomamos as aulas, o reinício foi bem precário.

Mesmo assim, é relevante afirmar a pesquisa ação como referencial metodológico não só porque algumas ações foram desenvolvidas nesta perspectiva, mas porque a proposição de embasar teoricamente uma reflexão sobre o aprofundamento da gestão democrática escolar não prescinde de um referencial teórico coerente com a perspectiva da participação ativa de toda a comunidade envolvida, que é o horizonte da pesquisa ação.

AÇÕES QUE FORAM REALIZADAS

Essas ações, em relação ao projeto inicial, foram parciais. Porém comecei com o intuito de desenvolver meu projeto de intervenção focando na participação dos alunos na escola. Sendo que a participação dos alunos na vida escolar deve constar no Plano Político Pedagógico, em primeiro lugar convidei os alunos a conhecer o plano político pedagógico existente na escola e a participar da construção do novo plano político pedagógico, pois precisávamos rever o que precisaria ser mudado. Consegui começar, coloquei-os a par de como funciona a escola, expliquei que tudo depende de um planejamento prévio por parte da equipe que dirige a escola, professores que planejam seus conteúdos em conjunto com uma equipe pedagógica (supervisão escolar e serviço de orientação ao educando).

Marquei algumas reuniões para que pudéssemos discutir assuntos variados, mas o principal seria colher sugestões de como eles (os alunos) poderiam melhorar a escola, inclusive com sugestões para a equipe gestora no turno inverso as aulas. Nunca apareceu mais que dois alunos e que não queriam ficar por achar que não poderiam decidir por todos.

Mudei de metodologia, pois sempre que eu tentava reuni-los fora do turno da manhã eu conseguia apenas a presença de um ou dois alunos. Assim eu não conseguiria reunir dados, porque a minha expectativa era colher respostas que pudessem contribuir de forma mais construtiva neste processo de melhorar a escola que frequentam.

É muito frequente interpretar o envolvimento de pessoas na discussão de ideias, como um indicador de sua participação em relação à questão em causa. A oportunidade que é dada às pessoas de expressarem suas opiniões, de falarem, de debaterem, de discutirem sobre ideias e pontos de vista - enfim, o uso da liberdade de expressão – é considerada como espaço democrático de participação e, portanto, a grande evidencia de participação. Porém, a atenta

observação do que acontece no contexto educacional pode demonstrar um espírito totalmente diverso. Isso porque não é incomum perceber, como já indicado anteriormente, escolas em que as decisões tomadas por sua direção têm no espaço de reuniões de professores o objetivo de referendar decisões tomadas, constituindo-se, desse modo, em processo de falsa democracia e participação". (Luck, 2006, p. 39)

Percebendo a dificuldade dos alunos de expressar suas ideias, planejei um questionário na expectativa de colher dados sobre o que pensam e o que querem para melhorar a escola, para que possam dizer o que acham que é possível fazer para melhorar a escola que frequentam. Contei com a ajuda das aulas de Ensino Religioso.

Com a ajuda da professora de ensino religioso, apliquei o questionário durante as aulas, porque nesta disciplina são trabalhados temas sobre cidadania e respeito às diferenças (opiniões, religiões e outras), e por fazer parte do turno das aulas as turmas estavam com um bom índice de presença. Consegui que 74 alunos das turmas das séries finais do ensino fundamental respondessem.

Também preparei um segundo questionário com o objetivo de "ver" o quanto as famílias dos alunos estavam informados quanto as ações da escola para com seus filhos. Enviei o questionário aos pais estes voltaram em menor número e com as perguntas discursivas, em grande parte, sem respostas.

Na semana que antecedeu ao recesso escolar, consegui reunir alguns alunos que estavam na escola para uma conversa que resultou em uma reunião, e onde eles manifestaram como que gostariam de ver a escola quando voltassem do recesso do mês de julho, enquanto uns poucos trocavam ideias com a diretora, solicitando e sugerindo melhorias dos espaços escolares, outros atrapalhavam a reunião com gracinhas.

Prometi a eles que a escola consideraria a possibilidade de realizar as sugestões que surgiram durante a reunião.

Sabemos que o Brasil tem uma história que criou uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, o respeito à ordem e a obediência às regras impostas, não é tarefa fácil. Por conseguinte, encontramos, em nosso meio, comportamentos de toda ordem, explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectivas e a incapacidade de enxergar novas possibilidades. (DALBERIO, 2007, p.1)

Falta muita formação principalmente para a cidadania e há pouco entendimento do que é participação e de como participar de forma a contribuir realmente para a

melhoria da escola como um todo, levando em consideração que a escola é o primeiro ensaio pra a continuação da vida em sociedade. Sinto que falta esta visão de conjunto, de perceber que o que é público é de todos e como tal deve ser cuidado e melhorado com ideias e ações. Citando DALBÉRIO (2007, p.75) “Como a democracia necessita de aprendizado, a gestão democrática da escola deve buscar, criativamente, várias formas de incentivar os pais, as mães, os alunos e as alunas a sentirem-se motivados a participar do Colegiado”. PARO (2004, p.40) também afirma que “não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. E preciso verificar em que condições essa participação pode tomar-se realidade”.

A participação não pode ser imposta, deve ser sim oportunizada para que aumente as chances de um diálogo que proporcione um entendimento efetivo entre comunidade escolar e equipe gestora da escola. A parte da comunidade escolar – segmento pais, não contribui com uma frequência significativa nas reuniões, mas aconteceu um episódio na escola, um problema sério, no mês de julho, no primeiro dia do recesso escolar dos alunos.

Uma árvore centenária, que estava no pátio da escola, caiu devido as chuvas e causou grandes prejuízos, galhos enormes se espalharam pelo pátio, derrubando a fiação de luz e arrebentou os canos que forneciam água na escola quebrando também o telhado do prédio administrativo. Foi um caos.

Durante quinze dias eu e a diretora da escola ficamos em contato com os órgãos competentes para desligar a luz, interromper o desperdício de água, retirada dos troncos e galhos que se espalhavam pelo pátio e poder receber a verba emergencial para os devidos consertos para reiniciar o ano letivo. Mas nada de solução para o problema da escola. Quinze dias se passaram e nada de mudar o quadro do caos que estavam o pátio e os prédios da escola. Eu e a diretora da escola conversamos e resolvemos recomeçar o ano letivo, pois se a comunidade não tomasse conhecimento, nada mudaria.

Assim, dia 17 de agosto reiniciamos as aulas, em meio período, pois não poderíamos deixar os alunos mais de duas horas sem usar o banheiro e em precárias condições de iluminação nas salas, pois estávamos sem luz e água. Os pais vendo as condições precárias da escola, chamaram a imprensa, a escola apareceu algumas vezes no noticiário da televisão e alguma coisa foi feita. Ficou ainda muito entulho no

pátio. Os pais entraram em contato com a SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) para que retirassem o restante da árvore caída no pátio da escola. A resposta aos pais foi: “a árvore está em área privada, não podemos retirar”.

Os pais se mobilizaram e colocaram os galhos da árvore na via pública, no meio da rua. Em seguida apareceu dois caminhões do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) para recolher os galhos do meio da rua, em frente à escola. Ora, o Estado se eximiu da responsabilidade para com o espaço escolar; daí a comunidade resolveu repensar maneiras de atuar junto aos órgãos administrativos do sistema Educacional e do Estado para exigir a restauração do espaço escolar e o direito ao atendimento adequado aos estudantes.

No sistema educacional, a concepção teórica do critério de relevância está em função direta com a postura participativa dos responsáveis pela administração. Desse modo, quanto mais participativo, solidário e democrático for o processo administrativo, maiores as possibilidades para explicar e promover a qualidade de vida humana necessária. O papel da administração da educação aí, será o de coordenar a ação dos diferentes componentes do sistema educacional, sem perder de vista a especificidade de suas características e de seus valores de modo que a plena realização de indivíduos e grupos seja efetiva. (HORA, 2007, p.41)

No outro dia o pai de um aluno, com pedaços de cano, conseguiu restabelecer o fornecimento de água para dentro dos prédios da escola. A escola continuava sem energia elétrica e sem serviço de secretaria e telefone. Mas já funcionava menos precariamente. Uma outra família, com conhecidos em uma famosa rede de televisão local, mobilizou a reportagem que após ser veiculada no telejornal, chamou a atenção do secretário de educação, que prometeu liberar com urgência a verba para o conserto das redes de energia elétrica, de água e troca das telhas quebradas.

Com todo este entrave, não tive condições de implementar meu projeto de intervenção, mas pude ver como foi importante o apoio da comunidade escolar para que os problemas pudessem, ainda que aos poucos, serem solucionados.

O que parece se dar na realidade de nossas escolas públicas é que, na medida em que, para a consecução de seus objetivos com um mínimo de eficácia, faltam recursos de toda ordem, o esforço despendido para remediar tais insuficiências tem competido com o que se poderia empregar para se modificarem as relações autoritárias que vigem dentro da instituição escolar. [...] Parece evidente que, às voltas com necessidades tão prementes, a escola em seu todo e as pessoas que aí amam, em particular, acabem deixando para um plano secundário a preocupação com medidas tendentes a criar uma dinâmica interna de cooperação e participação. (PARO, 1992, p.260/261).

Ainda que uns poucos pais participassem, foi essencial a interferência destes representantes do segmento pais, pois nunca tivemos a dimensão do quanto a ajuda deles seria tão significativa. Embora nesta escola haja Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres, a participação sempre foi escassa e a cada vez em que uma reunião é solicitada pela direção da escola, a quantidade de pais presentes é pouca, ainda que as reuniões são combinadas para acontecer após o expediente de trabalho da maioria deles.

Há um terceiro nível de participação, embora, na prática, ele seja muito pouco frequente. Poderíamos chamá-lo de construção em conjunto. As estruturas existentes normalmente dificultam esse tipo de participação, mesmo quando as pessoas, inclusive os governantes e os chefes, a desejem. É que todo o sistema social é estruturado sobre outras premissas e o próprio pensamento das pessoas não está orientado para esse modo de convivência: em geral, as pessoas não acreditam na igualdade fundamental que têm entre si; acreditam no mais sábio, no mais rico, no mais poderoso, no mais forte... admitindo que estas características sejam suficientes para excluir de direitos fundamentais aqueles que não as possuem em tão alto grau. A construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentado na igualdade real entre elas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado. (GANDIN, 2001, p.89/90).

A atuação da comunidade escolar gerou benefícios à própria escola, além de estabelecer uma à relação de respeito e cooperação com a escola e promoveu um sentimento de responsabilidade para com o espaço frequentado diariamente por seus filhos, pois esta situação foi um desafio que só foi possível enfrentar pela união de forças. Este é um dos atributos da participação dada pelos sujeitos que fazem o cotidiano escolar.

A análise dos questionários que conseguimos distribuir aos alunos e pais e pela amostragem que retornou, nos mostra que os alunos gostam da escola, são procurados para conversar quando os conflitos acontecem e a escola se preocupa se faltam às aulas, com seu rendimento escolar e que suas famílias são contatadas sempre que necessário. Mas reclamam muito dos banheiros, que gostariam de mais tempo de recreio e mais comida na merenda. Quanto aos pais, citaram que estão muito satisfeitos com o cuidado que a escola tem para com seus filhos.

As dificuldades que podem ocorrer entre famílias e escolas podem ter origem nas diferenças de valores, classes sociais, crenças religiosas, costumes sociais

comunicação em relação aos modelos educacionais. A forma de como os pais e seus filhos se comportam na escola podem ser algo conflitante. Isto pode não ser um problema para famílias que podem escolher uma escola que se adapte ao seu modo de pensar e agir (famílias mais abastadas). Esta realidade não é a mais comum. Os modelos adotados na maioria das escolas dependem da equipe diretiva que a compõe. Então fica evidente que a educação recebida em casa por nossos alunos difere (em geral) da educação que a escola transmite, os seus objetivos, a metodologia, os conteúdos programáticos das disciplinas, no padrão de relacionamentos entre os sujeitos que compõe a escola e seu ambiente.

Hoje constata-se que famílias de classe média são mais participativas da vida escolar pois visam o sucesso escolar de seus filhos, além do mais esses pais tem um maior nível de escolaridade e mais facilidade de expor verbalmente suas opiniões, o que pais da classe trabalhadora muitas vezes se eximem de dar opinião devido a sua dificuldade em expressar o que pensam ou por se considerar inferior em relação a pessoas que apresentam mais formação escolar.

Indicadores sustentam que o tempo de estudos tem relação com a posição social. Segundo a Pnad 2009, 43,1% da população ocupada tinha pelo menos o ensino médio completo, contra 33,6% em 2004. Estudo da FGV defende que aumentos nos anos de escolaridade entre 2003 e 2009 foram os principais responsáveis pelo crescimento da renda média da população mais pobre. E que a educação é o determinante mais relevante da desigualdade e da pobreza no país. Quanto maior a renda, mais anos de escolaridade. Quase metade (47,67%) da classe AB tem curso superior, contra pouco mais de 10% da classe C. (revista educação. vol.173.set.2011)

É preciso conhecer os pais, onde e como vivem e identificar os saberes que vêm de casa, mas a escola não pode abdicar do seu papel: o trabalho formal e sistemático com o conhecimento.

Outro fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização escolar, se são complementares ou não às da escola, e isto depende muito da classe social que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham facilitar a aprendizagem escolar (por exemplo: preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conversação) ou não.

Com todos estes acontecimentos, meu projeto não pode ser implementado e por sugestão de minha orientadora, o foco do meu trabalho voltou-se para a construção do PPP da escola que precisava passar por uma nova construção e onde um dos temas é a participação da comunidade na escola.

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade". (VEIGA, 2002, p.2)

A comunidade escolar se reuniu por duas vezes para discussão do novo PPP, com poucos participantes, A participação da comunidade que ficou prevista dentro do PPP é a participação no Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Círculo de Pais e Mestres.

Mesmo existindo a Lei, por muito tempo, o Colegiado configurou-se apenas como um órgão consultivo, no qual o próprio nome já explicita a ideia de que ele não toma decisões, mas apenas é consultado sobre os problemas da escola. E, nesse prisma, o Colegiado passava a discutir mais questões burocráticas, a endossar prestações de contas, a confirmar decisões já realizadas pela direção. Mas avançando para uma ideia mais ampla e moderna de colegiado, este se tornou deliberativo, podendo a partir daí definir diretrizes, elaborar projetos, aprovar questões, decidir sobre os problemas da escola, indicar profissionais para frentes de trabalho, garantir o cumprimento das leis, eleger pessoas e deliberar questões da Escola. Dessa forma, o Colegiado deliberativo possui maior força de atuação e poder na escola. Mas compete também ao Colegiado discutir a proposta pedagógica da escola, a qualidade do ensino, o Currículo, apontar falhas e buscar soluções conjuntas para os problemas. (DALBERIO, 2007, p.6)

Estamos ainda muito incipientes em matéria de participação, os pais e alunos ainda não tem ideia do seu papel de cidadãos. É preciso que a escola abra suas portas e convide a comunidade a entrar, para opinar, conversar, "se abrir" sobre seus problemas e dando e/ou acatando soluções. Para isso é preciso oportunizar os pais esta oportunidade de participar e deixá-los cientes do quanto é importante que se manifestem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos, o curso a distância é sinônimo de diploma fácil, rápido e sem grandes exigências. Pensava que seria muito fácil, mas tive que me dedicar bastante. Percebi porém, que, além de economizar algumas horas do dia, a modalidade exigia um nível de dedicação maior do que a versão presencial e que a modalidade a distância permite que o aluno aprenda mais do que nos cursos presenciais. Com a educação a distância, o aluno aprende a ler, a estudar, a pesquisar.

O Curso de Gestão Escolar veio em um momento muito decisivo em minha vida e carreira profissional. Sempre fiz muitos cursos de formação em que o tema girava em torno da Gestão Democrática da Educação Pública, mas nenhum antes me deu a dimensão e uma compreensão mais clara sobre este assunto. Isto motivou mais dedicação de minha parte, o que busquei a cada leitura e novos conhecimentos que abriram um novo jeito de pensar a gestão de uma escola pública. O conteúdo e a experiência que adquiri melhoraram minha atuação profissional, porque possibilitaram uma mudança no olhar, na escuta, na compreensão das dificuldades de atuação em meu cotidiano profissional. Encontrei algumas respostas para tantas perguntas que tinha, vieram outros questionamentos e aprendi muitas coisas. Troquei muitas opiniões nos fóruns com colegas.

A experiência de formação no curso de Especialização de Gestão Escolar nesta 4ª edição transcendeu a sala de aula, pois pude repensar os conteúdos absorvidos da minha prática cotidiana de gestão. Sinto-me muito mais embasada de continuar a caminhada neste campo que me desafia, o de ser parte de uma equipe diretiva em uma escola pública, aprendendo a ouvir os anseios e desejos da comunidade que faz parte deste espaço. Jamais pensei como esta participação é importante neste

contexto em que a sociedade nos pede que as aspirações desses sujeitos sejam consideradas.

Um Curso de Pós Graduação sério, como este que me foi oferecido, traz para o profissional a oportunidade de atualização dos conhecimentos acadêmicos e o uso desses conhecimentos em minha vida profissional. É uma excelente oportunidade de reciclar minha formação. Além disso, o profissional que se dedica a Pós Graduação abre portas, porque o Curso Superior muitas vezes não é suficiente em aprofundar o conhecimento de áreas específicas para atender às necessidades para atuação em uma profissão.

Este curso inspirou novas buscas, provocou reflexões sobre as vivências pessoais que contribuem para o meu acúmulo profissional e enriquecem minha bagagem existencial. Mas é preciso romper paradigmas. Uma melhor formação dos professores e alunos – um problema de base da escola – com certeza faria com que a participação da comunidade escolar encontrasse um terreno mais fértil. Contudo, arrisco dizer, ainda que o terreno estivesse em melhores condições, não teríamos alunos com formação cultural e intelectual sólida o suficiente para se aventurar a opinar e participar da vida da escola, afinal, a baixa qualidade de boa parte dos profissionais da educação também é algo para se preocupar. Isto é reflexo da desvalorização profissional do professor e, como consequência disso, registramos fatos lamentáveis que marcam uma família, um bairro, uma cidade, um país. Além de cumprir o programa com seriedade e competência admiráveis, os coordenadores e docentes (mestres e doutores, com reconhecida experiência em sua área de estudo e ampla produção publicada), nos presentearam no ato de socializar os seus conhecimentos. As bibliografias disponibilizadas para leitura, com orientações específicas para cada módulo, as metodologias utilizadas na apresentação dos conceitos, a aplicação dos exercícios para despertar criatividade e somar conhecimento, e a avaliação da nossa produção foram também exemplares.

O relacionamento que o curso proporcionou também foi de suma importância para o aprendizado, pois também aprendi muito, o que permitiu debates e discussões em fóruns do curso e também em meu ambiente de trabalho, o que só ampliou meu saber. Tive professores excelentes, atualizados e dinâmicos.

Nas ações iniciais implementadas, procurando desenvolver meu projeto de intervenção (PI), tive a chance de conhecer um pouco mais a escola em que atuo, do que gostam nossos alunos, o que querem e não é nada relacionado ao aprendizado

e ao fazer pedagógico; quanto aos pais, o que gostam é do cuidado que os professores e funcionários tem para com seus filhos, os nossos alunos. Mas infelizmente meu PI não prosseguiu devido a problemas com um acidente de ordem natural, já citado neste trabalho.

Quanto ao tema que permeou este curso que é a Gestão Democrática cujo a propôs básica é a participação da comunidade na escola, procura fazer com que as pessoas que a frequentam possam opinar sobre seu aprendizado e aspirações, sendo um projeto de educação pública de qualidade social e democrático. É a participação como possibilidade de vivência da sua cultura, não só na sociedade mas dentro da escola também. Para isso é necessário que um trabalho árduo e extenso seja realizado, pois a participação é construída com o hábito de participar de forma real e destemida, pois será a comunidade da escola que tomarão decisões específicas e ditarão os rumos que a escola tomará quanto aos saberes, as práticas pedagógicas e administrativas.

Graças à gestão democrática temos crianças, jovens e adultos tem acesso à educação com liberdade e gratuidade, a qualidade ainda deixa a desejar, princípios regulamentados pela Constituição Federal de 1988, no artigo 26, já citado neste trabalho. A gestão democrática é que garante a autonomia da unidade escolar, participação efetiva nas tomadas de decisão, incluindo a implementação da participação da comunidade em colegiados com participação efetivas de pais, professores, alunos e funcionários. Procura proporcionar a conquista de qualidade social na educação. A efetivação da gestão democrática faz com que na escola haja autonomia, financiamentos, escolha de dirigentes, criação de órgãos colegiados, construção do PPP e principalmente a participação da comunidade.

O desafio para este momento na educação pública é criar dentro da escola um ambiente estimulante para que os trabalhos conjuntos – conselho escolar, gestores, funcionários, professores e alunos – todos envolvidos na luta por uma educação de qualidade, pública e gratuita que efetivamente aconteça, e que se faça desde hoje, pois o caminho a percorrer é longo.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO – LEI 10576/95 atualizada até a lei 13990 de 15 de maio de 2012) http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf acesso em 30/07/2015

BECKER, Fernando. **Ensino e pesquisa: Qual a relação?** In BECKER, F. & MARQUES, Tania B. I. (Orgs.) Ser professor é ser pesquisador. Editora Mediação, 2010.

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 13 de fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 13 de fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e bases da Educação e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 27 de julho de 2015.

DALBERIO, Maria Célia Borges. **Gestão democrática e participação na escola pública popular.** Disponível: www.rioeoi.org/deloslectores/2420Borges.pdf, acesso em 10.06.2015

FERREIRA, Adriana Moreira dos Santos. **Participação do aluno na escola: possibilidades e entraves** – Universidade Federal de São João del Rei. Disponível em [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/ADRIANA_MOREIRA_DOS_SANTOS_FERREIRA_-_PARTICIPACAO_DISCENTE_NA_ESCOLA_PUBLICA_DE_ENSINO_MEDIO_A_PERSPECTIVA_DOS_ALUNOS\(1\).pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/ADRIANA_MOREIRA_DOS_SANTOS_FERREIRA_-_PARTICIPACAO_DISCENTE_NA_ESCOLA_PUBLICA_DE_ENSINO_MEDIO_A_PERSPECTIVA_DOS_ALUNOS(1).pdf) Acessado em 10/07/2015

FRANCO, Maria A. Santoro (2005): *Pedagogia da Pesquisa ação*. v. 31, p.483-502 São Paulo: Educação e Pesquisa

FREIRE, P. (1983): *Pedagogia do oprimido*, 13.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16690&Itemid=1113
Programa Mais Educação.

GADOTTI, Moacir. **A Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. (texto produzido como uma colaboração para a discussão do tema geral da Conae 2014: “O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”. Disponível em: <http://docplayer.com.br/335133-Gestao-democratica-da-educacao-com-participacao-popular-no-planejamento-e-na-organizacao-da-educacao-nacional-moacir-gadotti.html> acesso em 17 de outubro de 2015

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org 81

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva** – Campinas SP: Ed. Papirus, 14.^a edição - 2007

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda de Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Editora Via Literarum. Itabuna –Bahia, 2010.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Série Cadernos de Gestão, Vol. III. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 2011

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão, Vol. I. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2013.

LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Leticia Pedroso de. (2003) **Gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000: a tensão entre reforma e mudança**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3899/000405429.pdf?sequence=1>

MARQUES, Tania B. I. **Professor ou pesquisador?** In BECKER, F. & MARQUES, Tania B. I. (Orgs.) Ser professor é ser pesquisador. Editora Mediação, 2010.

MOURAZ, Ana. **A participação activa dos alunos na vida das escolas.** Centro de Investigação e Intervenção Educativas. FPCE-UP . Porto – Portugal. Abril 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade.** R. bras. Est. pedag., Brasília. v 73, n.l 74, p.255-290, maio/ago. 1992. Universidade de São Paulo (USP)

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como Fazer pesquisa ação?** Disponível em: <http://www.ic.ufmt.br.8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=531266&nameDLFE-2406.pdf>. Acesso em 17 de jan. 2015.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **A participação ativa e efetiva do aluno no processo ensino-aprendizagem como condição fundamental para a construção do conhecimento.** (2002). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2313>. Acesso em 25 de jan. 2015.

TRES, Janialy Alves Araujo. **Desafios do Gestor Escolar para a mudança organizacional da escola.** Disponível em <www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo7806.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2015.

TRISTÃO, Leordina Lemos. SILVA Marta Leandro da. **Os canais de participação na gestão democrática do ensino público pós LDB 9394/96: colegiado escolar e Projeto Político Pedagógico.**

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14 a edição Papyrus, 2002. Disponível em : <http://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/veiga-ilma-passos-ppp-uma-construcao-coletiva.pdf> acesso em 10/06/2015